

@metropolis

Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais
<https://revistas.ufrj.br/index.php/emetropolis>

ARTIGO

Metropolização: o que mostram os primeiros resultados do Censo 2022

Metropolization: what the first results of the 2022 Census show

Rosa Moura ¹

RESUMO

A partir dos primeiros registros do Censo Demográfico de 2022, relativos à distribuição e crescimento da população e dos domicílios, buscou-se captar especificidades do avanço da metropolização no território nacional: que transformações engendram, que vetores de expansão se apontam e que mudanças morfológicas resultam do processo? Foram analisadas as concentrações urbanas, que incluem metrópoles e capitais estaduais, e os demais municípios. Confirmou-se a importância das metrópoles, e que o avanço da metropolização não se limita ao perímetro interno dessas, mas configura arranjos espaciais expandidos, contínua e descontinuamente, portanto, mais complexos à implementação de políticas públicas, articuladas entre instâncias da federação, adequadas às exigências do elevado crescimento populacional.

Palavras-chaves: periferia; metrópole; território.

ABSTRACT

Based on the first data from the 2022 Demographic Census, related to the distribution and growth of the population and households, we sought to capture specificities of the advance of metropolization in the national territory: what transformations engender, which vectors of expansion are pointed out and what morphological changes result from the process? Urban concentrations, which include metropolises and state capitals, and other municipalities were analyzed. The importance of the metropolises was confirmed, and that the advance of metropolization is not limited to their internal perimeter, but configures expanded spatial arrangements, continuously and discontinuously, therefore more complex to the implementation of public policies, articulated between instances of the federation, appropriate to the requirements of high population growth.

Keywords: periphery; metropolis; territory.

¹ Núcleo Curitiba do INCT Observatório das Metrópoles/Colaboradora Sênior na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Introdução

Divulgadas as primeiras informações do Censo Demográfico de 2022, algumas abordagens focadas pela mídia chamaram a atenção para o arrefecimento do crescimento populacional do país e de metrópoles brasileiras. Com o objetivo de contribuir no entendimento dos registros anunciados, esta análise se volta a uma leitura sobre a distribuição da população e dos domicílios, e ao ritmo de seu crescimento no país. Pode parecer restrita a poucos dados, mas são informações imprescindíveis para que, ao se complementarem com as de outras dinâmicas, expliquem a configuração atual da metropolização no território e subsidiem a formulação de políticas públicas adequadas às suas mudanças e permanências.

Como procedimento de análise, adotam-se quatro recortes de municípios, agregados a partir das unidades territoriais denominadas “Cidades” (IBGE, 2020): (i) Arranjos Populacionais (APs) e municípios em Cidades classificadas como “Metrópole”; (ii) APs e municípios em Cidades classificadas como “Capital Regional”, desde que na função de capital de unidade da federação (UF); (iii) outras Cidades que integram Concentrações Urbanas, grandes e médias; e (iv) os demais municípios brasileiros.

Ciente de que a noção de cidade cada vez menos se associa à de município, a compreensão dada pelo IBGE para “Cidade” ganha novo conteúdo, a de uma unidade territorial formada por um arranjo populacional (AP) ou um município, quando não integra AP. Um “arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais.” (IBGE, 2016, p.22). Sob essa compreensão, e identificados os APs, a classificação da hierarquia dos centros da rede urbana se deu considerando a cidade como unidade de classificação da centralidade (IBGE, 2020).

Quatro perguntas orientam a pesquisa: (i) como se deu a participação e o crescimento da população do recorte metropolitano nos censos deste início de século, diante dos demais recortes de análise, e o que representa na trajetória da metropolização brasileira? (ii) quais transformações apontam os dados no espaço imediatamente influenciado pelas metrópoles? (iii) para onde se expande a metropolização? e (iv) que feições adquirem ou que morfologias se configuram em seu avanço sobre o território nacional? Embora ainda se aguardem dados importantes sobre: grau de urbanização e fluxos pendulares da população - a partir da leitura dos processos da população total de 2022, pautada nos dados divulgados em 27/10/2023, já com os primeiros ajustes do IBGE - é possível que se conclua e que se enderece as confirmações de hipóteses, ainda que em caráter preliminar, quanto às dinâmicas da metropolização brasileira.

Sublinha-se que metropolização não se restringe ao surgimento de metrópoles. É um processo que alcança o território em sua totalidade, como o estágio mais avançado da urbanização, e que apreende tanto a essência das dinâmicas de concentração e expansão urbana, em seus resultados espaciais mais expressivos, as “metrópoles”, quanto a expansão física e a fragmentação do espaço urbanizado a áreas cada vez mais extensas e distantes. Além de mudanças morfológicas, que fazem emergir concentrações urbanas de extensão regional, a metropolização desencadeia grandes transformações sociais, culturais e econômicas, que transcendem as metrópoles em si, penetrando o espaço regional, valoriza/desvaloriza a terra, produz multacentralidades e altera a hierarquia entre os lugares (Lencioni, 2017).

O que apontam os dados sobre os recortes considerados?

Para o total do país, os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 registraram 203.080.756 pessoas residentes, com aumento de 6,5% em relação ao Censo Demográfico de 2010, o que representa o acréscimo de 12.324.957 pessoas no período. A taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) da população brasileira foi 0,52%, correspondente a menos de metade da verificada no intervalo 2000-2010, então 1,17% ao ano. O IBGE notifica que a atual é a menor taxa desde o primeiro Censo do Brasil, em 1872 (IBGE, 2023).

Em um país com a dimensão territorial e o porte populacional do Brasil, não causa espanto a diminuição das TGCA, isso porque incidem sobre uma base populacional já elevada. Ademais, o país avança em sua transição demográfica, tema que deverá ser colocado em análise a partir de outras informações censitárias a serem divulgadas. Mesmo crescendo em sua menor taxa, o incremento verificado no período 2010-2022 coloca entre os habitantes mais que o correspondente à população da segunda maior metrópole do país, o AP do Rio de Janeiro, onde residiam 11.760.550 pessoas em 2022.

A participação da população de cada recorte de análise no total da população brasileira nos períodos 2000, 2010 e 2022 leva a constatar que no conjunto de APs metropolitanos manteve-se superior a 35% nos períodos iniciais, com declínio de 0,5 pontos percentuais no intervalo mais recente (Tabela 1). Anota-se que o conjunto é formado por 3,8% dos 5.570 municípios brasileiros, o que demonstra relativa concentração populacional, e que absorveu 25,6% do incremento populacional do país no período 2010-2022, embora tenha sido o recorte com a mais abrupta diminuição na taxa de crescimento anual da população, de 1,22% a.a., entre 2000-2010, para 0,38% a.a.

Tabela 1. Participação do número de municípios, população e incremento no total do Brasil em períodos selecionados, e taxa de crescimento populacional, segundo recortes de análise (em %)

Recorte de análise	Municípios 2022	População total			Incremento 2010-2022	TGCA (% a.a.)	
		2000	2010	2022		2000-2010	2010-2022
Metrópoles	3,8	35,1	35,2	34,7	25,5	1,22	0,38
Capitais estaduais	0,9	4,8	5,2	5,5	9,6	2,01	0,94
Grandes concentrações	0,6	2,6	2,7	2,9	5,8	1,47	1,07
Médias concentrações	7,2	17,8	18,4	19,6	37,8	1,52	1,03
Demais municípios	87,5	39,7	38,4	37,4	21,3	0,84	0,3
TOTAL	100	100	100	100	100	1,17	0,52

FONTE: IBGE – Censos Demográficos

Nota: Resultados de 27/10/2023

Os “demais municípios”, com população inferior a 100 mil habitantes, compoem 87,5% do total de municípios brasileiros em 2022, participaram com proporções que declinaram de 39,7% a 37,4% nos mesmos períodos. Foi também significativa a redução na taxa de crescimento, que no intervalo recente manteve-se abaixo da taxa do país, 0,30% a.a.

As pequenas perdas na participação desses dois recortes majoritários incrementaram os ganhos dos demais, em evolução positiva, mesmo com as TCGA em declínio. Destacam-se as médias concentrações urbanas, que incorporaram o maior contingente do incremento populacional entre 2010 e 2022, 37,8%, e que, distintamente das metrópoles, foi bastante distribuído no território.

Conforme classes de crescimento populacional, 42,8% dos municípios brasileiros perderam população entre 2010-2022; 25% cresceram até a taxa do país (0,52% a.a.); 15,2%, dessa até seu dobro (1,04% a.a.); e 17% alcançaram taxas superiores ao dobro da do país (Tabela 2).

Tabela 2. Participação do número de municípios por classe de crescimento populacional 2010-2022 no total do Brasil, segundo recorte de análise (em % a.a.)

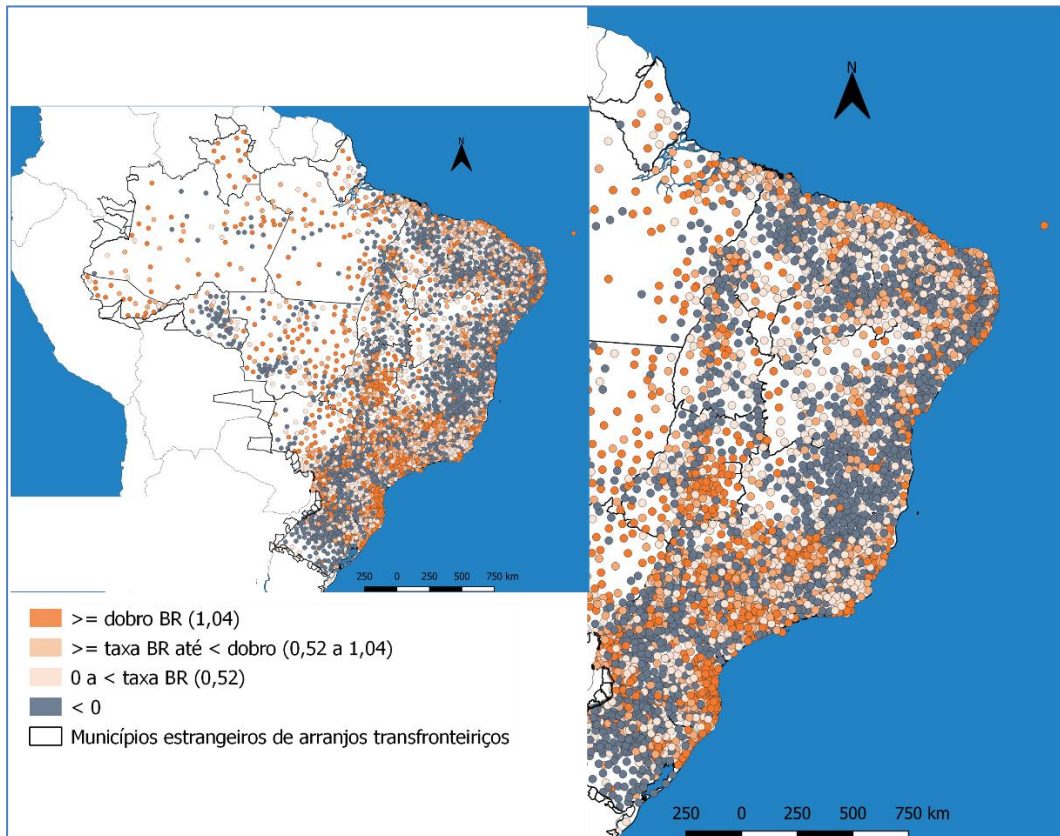
Recorte de análise	Crescimento geométrico anual (% a.a.)				Total
	<0	0 a <0,52	>=0,52 a <1,04	>=1,04	
Metrópoles	0,5	0,8	0,8	1,8	3,8
Capitais estaduais	0,1	0,2	0,1	0,4	0,9
Grandes concentrações	0,1	0,1	0,1	0,3	0,6
Médias concentrações	0,9	1,4	1,8	3,1	7,2
Demais municípios	41,1	22,6	12,3	11,5	87,4
TOTAL	42,8	25,0	15,1	17,1	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos 2010 e 2022

As distinções no padrão de crescimento entre os recortes de análise apontam nas unidades metropolitanas, capitais de UFs e grandes e médias concentrações urbanas o maior número de municípios na classe de mais elevado crescimento da população, enquanto entre os demais municípios, a classe dos que perdem população foi a mais numerosa (41,1%) no total de municípios brasileiros.

No entorno das primeiras unidades se distribui grande parte dos demais municípios com ganhos populacionais, formando manchas contínuas e descontínuas, apontando o que poderia se chamar de vetores de expansão da metropolização (Figura 1).

Figura 1. Taxa geométrica de crescimento anual da população dos municípios brasileiros 2010-2022



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2010 e 2022

Elaboração: Gustavo Ferreira e Rosa Moura

Municípios que perdem população também formam manchas contínuas, desta feita, no interior de algumas UFs do Sul, Sudeste e Nordeste. No Norte e Centro-Oeste, essa continuidade é quebrada por municípios com crescimento elevado, em áreas envolvidas em atividades de expansão da fronteira de ocupação e reprimarização da economia, como se abordará nas próximas seções desta análise.

Metrópoles, capitais de UFs e demais concentrações urbanas são os recortes mais populosos e mais passíveis a integrarem/impulsionarem a trajetória da metropolização sobre o território. Dos 700 municípios que se inserem nessas categorias, 609 apresentaram TGCA positivas e nesses o Censo Demográfico registrou 99.190.496 pessoas residentes, o que corresponde a 48,8% da população brasileira. Foram os recortes que também obtiveram maior elevação de domicílios ocupados.

Segundo o Censo, o Brasil registrou em 2022 um total de 90.688.021 domicílios, distribuídos 34,1% nas metrópoles, 5,2% nas capitais de UFs, 3% nas outras cinco grandes concentrações, 19,7% nas médias concentrações e 37,9% entre os demais municípios (Tabela 3). Desse total de domicílios do país, 79,9% eram particulares permanentes e se encontravam ocupados, 12,6% estavam vagos, 7,4% tinham uso ocasional, apenas 0,1% eram particulares

improvisados e outros 0,1% de uso coletivo. Instiga reflexão o elevado percentual de domicílios vagos nos recortes, sendo mais expressivos (acima de 13% do total) nas capitais de UFs e demais municípios.

Tabela 3. Participação de tipos selecionados de domicílios no total de domicílios em 2022, média de moradores em 2010 e 2022 e taxas de crescimento anual dos domicílios ocupados e da população entre 2010-2022, segundo recortes de análise

Domicílio	Brasil	Metrópoles	Capitais UFs	Grandes concentrações	Médias concentrações	Demais municípios
% particular permanente ocupado	79,9	83,8	80,7	77,5	79,9	76,4
% particular permanente vago	12,6	12,3	13,8	10,1	12,2	13
% particular perm. com uso ocasional	7,4	3,7	5,4	12,2	7,8	10,3
% particular improvisado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
% coletivo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Média moradores dom. ocup. 2010	3,31	3,20	3,50	3,22	3,20	3,43
Média moradores dom. ocup. 2022	2,79	2,70	2,93	2,74	2,76	2,87
Taxa cresc. dom. ocupados (% a.a.)	1,97	1,81	2,45	2,43	2,42	1,79
Taxa cresc. população (% a.a.)	0,52	0,38	0,94	1,07	1,03	0,3

FONTE: IBGE – Censos Demográficos 2010 e 2022

Também chama a atenção as taxas do crescimento da população serem em todos os casos inferiores às do crescimento dos domicílios ocupados no período 2010-2022. Enquanto a população brasileira cresceu a 0,52% a.a., os domicílios aumentaram em 1,97% ao ano, particularmente nas médias concentrações e demais municípios. Nesse período, a média de moradores por domicílio no país diminuiu de 3,31 para 2,79 no país, e foram nesses recortes os maiores declínios, mesmo assim mantendo-os com as médias mais elevadas entre os recortes (respectivamente, 2,93 e 2,87).

Informações censitárias vindouras permitirão esclarecer quais são os motivos da redução da média dos moradores, o diferencial entre as taxas de crescimento, como também a elevada proporção de domicílios vagos – dado preocupante quando considerado o déficit habitacional do país. As informações disponíveis nesses primeiros dados do Censo já oferecem pistas para uma reflexão sobre a expansão física das concentrações urbanas em paralelo à expansão dos negócios imobiliários, indutores do avanço da metropolização contemporânea, ocupando o papel antes desempenhado pela indústria na reprodução e acumulação do capital (Mattos, 2016; Lencioni, 2017).

Que transformações sugerem os dados no espaço metropolitano? Metrópoles e grandes concentrações urbanas

Embora a participação da população do espaço metropolitano no total do país venha mantendo equilíbrio nestas décadas iniciais do século XXI, algumas metrópoles mais antigas demonstraram uma desaceleração no ritmo do crescimento, ao menos nos municípios polos dos APs. Contrariamente, metrópoles mais jovens ou situadas nas áreas de expansão ou desconcentração das atividades econômicas viveram momentos de elevado crescimento populacional, com maior peso em municípios periféricos.

Em 10 das 15 metrópoles brasileiras, o conjunto de municípios do AP metropolitano cresceu à taxas superiores a dos respectivos municípios polos. Na maioria dessas metrópoles, os polos ainda representam mais de metade da população do AP, sugerindo que os demais municípios passaram a influenciar com mais força no comportamento da taxa do AP.

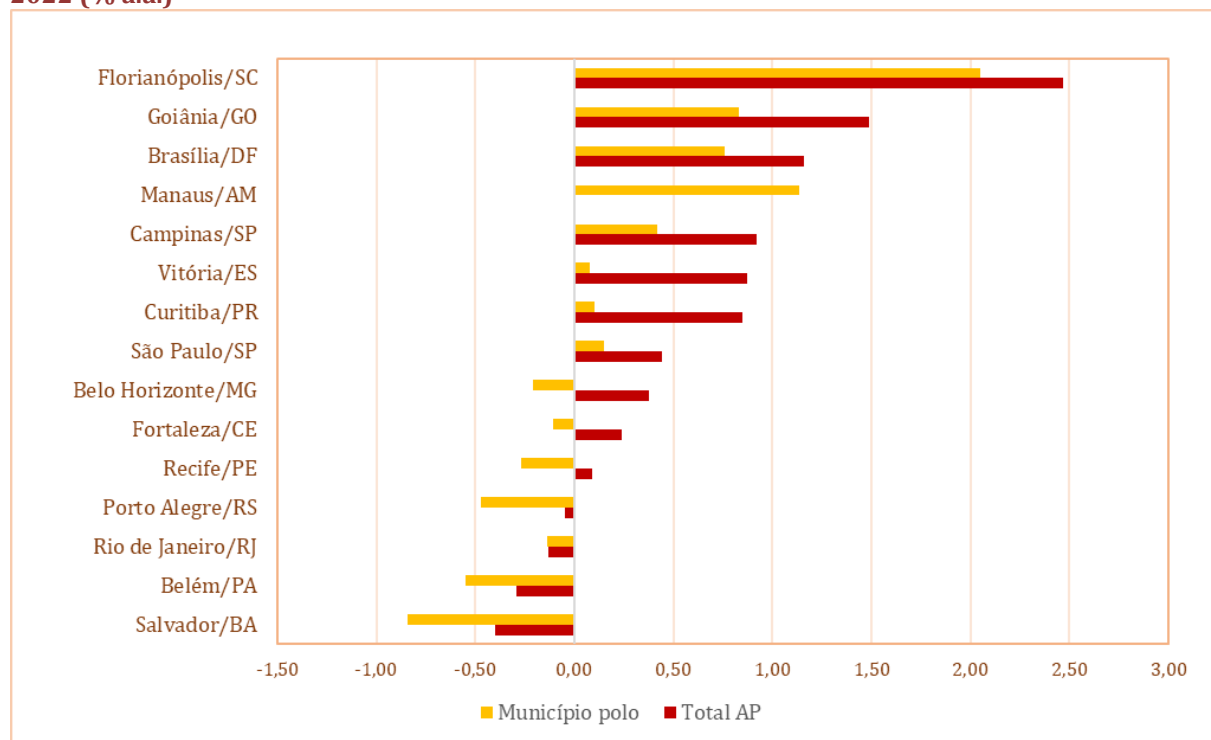
Das três novas metrópoles, Florianópolis é a com a mais elevada taxa de crescimento, tanto no município polo quanto nos demais do AP. Juntamente com Manaus, são os únicos municípios polos metropolitanos que cresceram mais que o dobro da TGCA do Brasil, respectivamente 2,05% a.a. e 1,14% a.a. (Gráfico 1). Brasília e Goiânia, duas metrópoles do Centro-Oeste, a primeira com forte presença na gestão do território nacional e a segunda com centralidade em uma vigorosa região do agronegócio, vêm na sequência, tendo os municípios polos com crescimento à taxas superiores a do país. Fazem-se seguir por Campinas e Vitória, duas outras novas metrópoles,

ambas com os APs crescendo mais que os municípios polos, particularmente Vitória, cuja taxa é a menor entre os polos metropolitanos (0,08% a.a.). As metrópoles mais jovens reproduzem o padrão periférico de crescimento, mais elevado nos municípios periféricos aos polos, que dão suporte ao processo de expansão física dessas unidades, acolhendo uma multiplicidade usos e um padrão de ocupação que inclui desde condomínios residenciais para população de maior renda a habitações precárias de moradores de menor rendimento, excluídos pela valorização do solo urbano nas centralidades principais.

Curitiba e São Paulo apresentaram crescimento positivo nos municípios polos, apesar de bastante baixo (respectivamente, 0,10% a.a. e 0,15% a.a.). Essas metrópoles, além de Goiânia, foram assim classificadas desde a pesquisa de 1978, portanto já contam com uma relativa maturidade na condição metropolitana, situação que pressupõe arrefecimento nas taxas. Mesmo assim, o AP de Curitiba cresceu à taxa superior a do país, e o AP de São Paulo, mesmo com a taxa de 0,44% a.a., agregou em seu conjunto o contingente de 1,1 milhão de pessoas residentes – quase a população do AP metropolitano de Florianópolis.

Das demais metrópoles classificadas na pesquisa dos anos 1970, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife apresentaram crescimento negativo nos polos, porém o conjunto de municípios dos APs seguiu com crescimento populacional positivo, mesmo que abaixo da taxa média nacional. Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador registraram perdas populacionais tanto nos APs quanto nos municípios polos, o que também pode decorrer do estágio de amadurecimento, do processo de expansão por desconcentração de atividades econômicas ou de situações conjunturais de sua economia. Mesmo assim, os declínios foram ainda muito baixos, sem superar 0,5% a.a., numa perda conjunta de -437.822 habitantes. Aproximadamente 80% dessa evasão se deu nos APs do Rio de Janeiro e de Salvador.

Figura 2. Taxa geométrica de crescimento anual da população total das metrópoles brasileiras 2010-2022 (% a.a.)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos 2020 e 2022

Entre as unidades metropolitanas, os municípios com as mais altas taxas de crescimento da população, tomando como parâmetro de corte 5% a.a., são: Abadia de Goiás/GO e Goianira/GO (respectivamente 8,88% a.a. e 6,43% a.a.), as mais elevadas taxas do conjunto; e Senador Canedo/GO, Itaitinga/CE e Fazenda Rio Grande/PR, com taxas entre 5% e 6% a.a.

Com relação ao decréscimo da população, desconsiderando os polos das metrópoles, a menor taxa negativa de crescimento se deu em Paracambi/RJ (-1,11% a.a.), porém São Gonçalo/RJ e Duque de Caxias/RJ tiveram perdas, respectivamente, de -102.984 e -46.887 pessoas residentes, todos no AP do Rio de Janeiro. Dos polos metropolitanos, Salvador foi o município com maior declínio populacional (-257.978 pessoas).

Deduz-se, a partir desses números, que a maioria dos APs metropolitanos segue crescendo, apesar da diminuição das taxas dos municípios polos, reproduzindo um padrão comum a essa categoria de centros. Outros APs metropolitanos estabilizaram sua população residente, alguns com pequenas evasões, favorecendo, em muitos casos, metrópoles jovens da região ou concentrações não metropolitanas de suas proximidades. Caso evidente do florescimento das metrópoles de Florianópolis e Manaus ao par da estabilização, respectivamente, das de Porto Alegre e Belém.

Esse comportamento também coloca em pauta diferentes tendências de avanço da metropolização. Tomando como exemplo as duas maiores metrópoles do país, o decréscimo do AP do Rio de Janeiro pode se explicar pelo seu porte e longevidade, pelo recuo de atividades econômicas e outros fatores particulares ou conjunturais. A permanência do crescimento da metrópole de São Paulo se insere em um contexto de densificação interna e expansão física de extensão regional, que agrega ao mesmo centro de forças metropolitano paulista outras metrópoles e concentrações urbanas, dando origem ao que se chama “macrometrópole” (Abdal, 2009).

Tal unidade superlativa se faz integrar por quatro das cinco grandes concentrações urbanas que não configuram metrópoles ou capitais de UFs: os APs da Baixada Santista, de Jundiaí, de São José dos Campos e de Sorocaba, que se associam à ampliação do campo de externalidades metropolitanas de São Paulo. Os APs de Sorocaba/SP e de Jundiaí cresceram a taxas superiores ao dobro da do país. Nesses municípios, como Jarinu e Itupeva, tiveram taxas de 3,85% a.a., as mais elevadas do conjunto dessas quatro grandes concentrações. O AP de José dos Campos/SP reproduz o padrão de baixo crescimento, tanto do polo quanto do conjunto, e o AP da Baixada Santista/SP cresceu à taxa de 0,6% a.a., enquanto o polo, Santos, perdeu população.

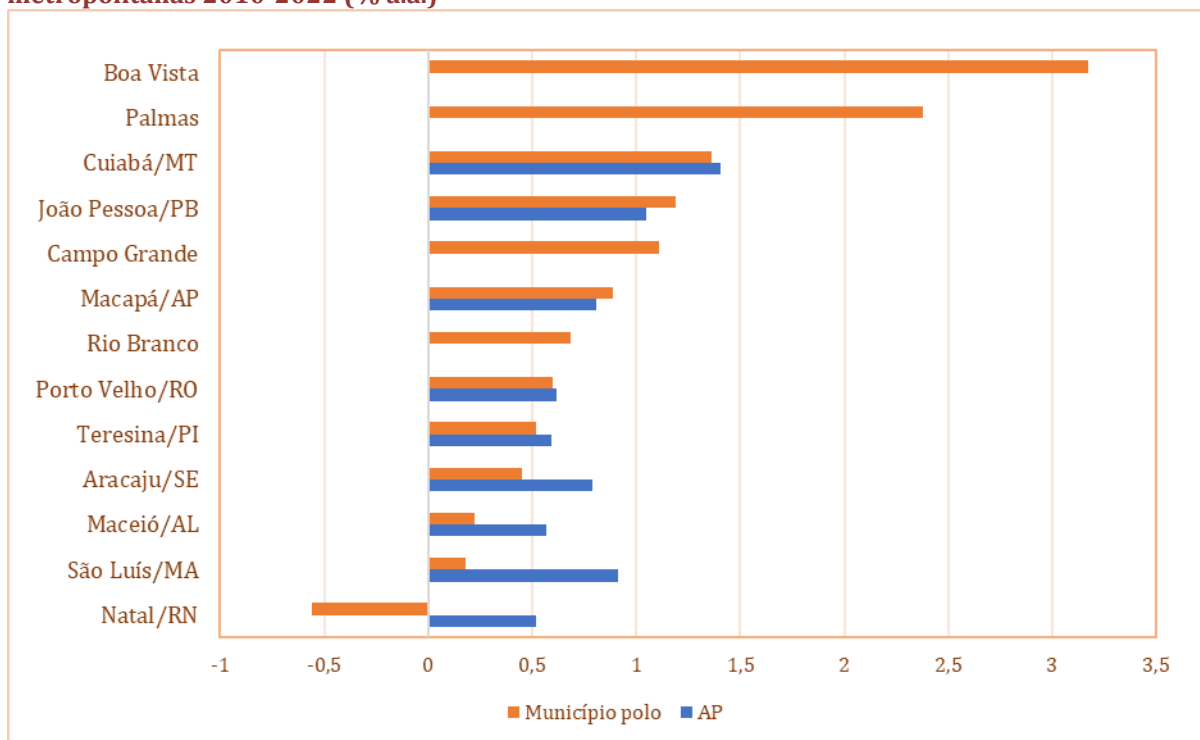
Capitais de estados

Tal qual as jovens metrópoles, comportam-se muitas das capitais estaduais, que ainda experimentaram o crescimento a taxas superiores a do Brasil. Mesmo assim, obtiveram um sensível decréscimo no ritmo comparativamente ao do período 2000-2010 (Gráfico 2). Diferentemente das metrópoles, nas quais foi nítida a característica de redução e até evasão populacional dos polos, no caso das capitais estaduais apenas o polo Natal/RN perdeu população entre 2010-2022, na taxa de -0,56% a.a. No entanto, Extremoz/RN, em seu AP, apresentou a taxa de crescimento populacional mais elevada entre os municípios do recorte das capitais de UFs (7,96% a.a.).

No intervalo mais recente, Boa Vista/RR foi a capital de UF com a mais elevada TGCA (3,17% a.a.) e a que obteve um incremento populacional de grande impacto, com um contingente de 129.173 pessoas agregado sobre sua população de 2010, então de 284.313 habitantes. Essa dinâmica certamente foi motivada pelos fluxos migratórios de venezuelanos, como poderão confirmar dados ainda não divulgados.

Palmas/TO, Campo Grande/MS, e os APs de João Pessoa/PB e de Cuiabá/MT também cresceram a taxas superiores ao dobro da do país. O crescimento de João Pessoa pode estar refletindo o significativo aporte de investimentos econômicos ao longo da BR 101, em seu trecho a partir de Recife/PE, que gerou desdobramentos nesse centro urbano. O mesmo ocorreu nas capitais ativadas pelo agronegócio, com destaque a Palmas/TO, com taxa de 2,38% a.a., correspondendo a um incremento de 74.360 novos residentes sobre seus 228.332 habitantes em 2010.

Figura 2. Taxa geométrica de crescimento anual da população total das capitais de UFs não metropolitanas 2010-2022 (% a.a.)



FONTE: IBGE – Censos Demográficos 2020 e 2022

Cinco capitais de UFs tiveram incremento populacional superior a 100 mil habitantes, agregando sobre sua população o correspondente a uma média concentração urbana: os APs de São Luís/MA (incremento de 149.506 pessoas), Cuiabá/MT (147.261), João Pessoa/PB (138.653), Campo Grande/MS (111.303) e a já citada Boa Vista/RR (129.173). O incremento total das capitais de UFs não metropolitanas foi de 1.183.134 ovas pessoas residentes, superando 10% da população total de 2022 do conjunto.

O AP de São Luís/MA teve, no conjunto das capitais, um crescimento muito superior que o do município polo. Este cresceu a 0,18% a.a., e no AP, São José de Ribamar/MA à taxa de 3,5% a.a., Paço do Lumiar/MA e Raposa/MA, a taxas superiores ao dobro da do país. Também nos APs de Maceió/AL e de Aracaju/SE a diferença foi nítida: Maceió/AL cresceu a 0,22% a.a. e seus vizinhos Satuba/AL e Marechal Deodoro/AL, respectivamente, a 5,73% a.a. e 2,29% a.a.; Aracaju/SE cresceu a 0,45% a.a., com vizinhos como Barra dos Coqueiros/SE, a 4,32% a.a., entre outros com taxas maiores que o dobro da do país. Neste AP, alguns pequenos municípios perderam população.

Essas capitais litorâneas também podem ter se beneficiado do declínio de crescimento das metrópoles que polarizam suas regiões de influência, Recife, Belém e Salvador, devido à desconcentração da atividade econômica. Benefício que alcança sobremaneira as médias concentrações urbanas, algumas com crescimento muito elevado, sobre as quais também teve influência a vinda de novos residentes dada a possibilidade do trabalho remoto durante o período da pandemia do novo coronavírus.

Domicílios

Nesse contexto de crescimento populacional genericamente a menores taxas, o incremento do número de domicílios particulares permanentes chama a atenção por ser substancialmente elevado nessas grandes concentrações urbanas, sejam metrópoles, capitais não metropolitanas ou as demais. Em nenhum caso igualam-se ou se aproximam das taxas de crescimento populacional, embora guardem relação na ordem hierárquica dos valores. Salvo nos

casos de metrópoles que perdem população e mesmo assim têm seus domicílios numericamente ampliados. Similarmente à população, as taxas de crescimento do número de domicílios ocupados foram em todas as metrópoles superiores nos APs que nos polos.

Os APs e polos das metrópoles de Fortaleza/CE, Belém/PA e Salvador/BA tiveram as mais elevadas diferenças entre as taxas, cabendo sublinhar que apenas no primeiro, a população do AP crescia, e nas demais AP e polo perdiam população. No oposto, os APs e os polos das metrópoles Florianópolis/SC, Goiânia/GO e Brasília/DF, e Manaus registraram as maiores taxas de crescimento de domicílios, acima de 2,50% a.a., e da população no período 2010-2022, acima do dobro da do Brasil.

O mesmo comportamento se reproduz entre as capitais de UFs não metropolitanas e as demais grandes concentrações. As maiores diferenças entre taxas foram verificadas no AP e no polo Cuiabá/MT, no AP de João Pessoa/PB e no polo Macapá/AP. Os APs de Cuiabá/MT e de São Luís/MA e as capitais que não configuram AP, Boa Vista/RR e Palmas/TO registraram as mais elevadas taxas de crescimento dos domicílios.

No número médio de moradores de 2010 para 2022, observa-se igualmente a redução generalizada. Os APs metropolitanos de Belém e de Fortaleza, e seus polos, juntamente com Manaus, foram os que tiveram mais redução. Mesmo assim, Manaus/AM teve a maior média entre as metrópoles em 2010 (3,9) e em 2022 (3,3 moradores por domicílio. Nas capitais não metropolitanas, São Luís/MA teve o maior declínio na média de moradores, no AP como no polo, chegando a 3 pessoas por domicílio. As médias mais elevadas competem a Macapá/AP, nos dois Censos, seguida por Boa Vista/RR.

Em relação aos domicílios vagos no total de domicílios ocupados, as maiores proporções em APs metropolitanos ocorrem em Candeias (20,3%) e Camaçari (19,6%), ambos no AP de Salvador, seguidos por Planaltina (19%), no AP de Brasília, além de municípios nos APs do Rio de Janeiro, Recife, Belém, Belo Horizonte e outros. Nos APs de capitais de UFs, Porto Velho (com 17,8%) e, em seu AP, Candeias do Jamari, 21,5%), Natal (São Gonçalo do Amarante, 21,1%, Macaíba, 18,8%, e outros), e também de Aracaju, João Pessoa e Maceió detêm as maiores proporções.

As cinco grandes concentrações urbanas que não se inseriram nos dois recortes analisados não fugiram a esse desempenho, com diferença sensível entre a taxa de crescimento dos domicílios e a da população, redução da média de moradores (de pouco mais de 3,0, para 2,5 a 2,8) e elevada proporção de domicílios vagos no total. Ribeirão Preto supera a média nacional com o maior valor dessas cinco concentrações (13,9% de domicílios vagos), seguido por Monteiro Lobato, do AP de São José dos Campos (13,4%).

Constatado que a participação dos três recortes no total da população, integrados majoritariamente por grandes concentrações urbanas, se manteve relativamente constante nos Censos deste início de século, somando valores superiores a 42% nos períodos 2000, 2010 e 2022, e que o crescimento, mesmo a taxas minoradas, prosseguiu acrescentando incrementos milionários de população (41% do incremento total brasileiro) em seus municípios (esses, correspondendo a 5,3% dos municípios do país), pode-se concluir que o Brasil ainda concentra sua população em um espaço metropolitano, que se expande em configurações macro metropolitanas, articulando grandes concentrações urbanas do entorno das metrópoles e das capitais de UFs. Essas, pré-metropolitanas, dado papel que desempenham na gestão do território das respectivas UFs.

Para onde expande a metropolização? Médias concentrações urbanas

No restante do território, a dinâmica do crescimento populacional evidencia vetores de expansão da metropolização, não só para áreas em continuidade a essas grandes manchas concentradoras, mas para regiões ainda mais distantes, nas quais predominam atividades ligadas à agroindústria, agropecuária e mineração.

As médias concentrações urbanas, não integrantes dos recortes analisados na seção anterior, são Cidades com população superior a 100 mil habitantes, sendo 82 constituídas por APs,

76 classificadas como capitais regionais e 101 como centros sub-regionais. Conjugam 402 municípios, dos quais 172 (42,8%) cresceram entre 2010-2022 a taxas superiores ao dobro da taxa do país, e 100 (24,8%) a taxas acima da média do país até o dobro, representando 67,7% do total de municípios do conjunto, distribuídos em 18 UFs das cinco grandes regiões. Os que perderam população, 51 (12,7%), também estão presentes em todas as regiões, integrando 12 estados: Amazonas, Bahia, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul, além dos três estados sulinos e dos quatro do Sudeste.

Alguns municípios e APs se destacam com taxas de crescimento da população superior ao dobro da do país (>1,04% a.a.), e características específicas: (i) altas taxas de crescimento em base populacional superior a 100 mil habitantes: Luís Eduardo Magalhães/BA (5,0% a.a.), Sinop/MT (4,69% a.a.), Parauapebas/PA (4,68% a.a.), Sorriso/MT (4,35% a.a.), e os APs de Itapema/SC (4,47% a.a.), Votuporanga/SP (4,40% a.a.) e Itajaí/Balneário Camboriú/SC (3,2% a.a.); (ii) elevado incremento populacional: Parauapebas/PA (113.928 pessoas), Uberlândia/MG (109.211) e Joinville/SC (101.029), únicos superiores a 100 mil pessoas; (iii) elevado crescimento e população acima de 200 mil habitantes: Chapecó/SC, Parauapebas/PA, Jaraguá do Sul/SC, Indaiatuba/SP e Rio Verde/GO, sobressaindo-se o AP Itajaí/Balneário Camboriú/SC, com 698.842 habitantes;

(iv) classificação como capitais regionais: as consolidadas Vitória da Conquista/BA, Caruaru/PE, Uberlândia/MG, Pouso Alegre/MG, Montes Claros/MG, Uberaba/MG, os APs de Ponta Grossa/PR, Cascavel/PR, Maringá/PR, São José do Rio Preto/SP, Chapecó/SC, Juazeiro do Norte/CE e Petrolina/PE-Juazeiro/BA; as que afloram com o agronegócio Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Dourados/MS, Marabá/PA, Santarém/PA, Araguaína/TO, além de Barreiras/BA; as no do leste catarinense, APs Joinville/SC, Itajaí-Balneário Camboriú/SC, Blumenau/SC, Brusque/SC e Criciúma/SC, e de Jaraguá do Sul/SC; (v) classificação como centros sub-regionais em alinhamentos nas extensões litorâneas: APs de Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP, na Baixada Santista, que integra a macrometrópole paulista; Macaé - Rio das Ostras/RJ, Cabo Frio/RJ e Araruama/RJ, em continuidade à metrópole do Rio de Janeiro/RJ; Tramandaí - Osório/RS, nas proximidades da metrópole Porto Alegre/RS; e outros no leste catarinense; (vi) capitais regionais e centros sub-regionais no entorno de metrópoles: APs de Piracicaba/SP, São Carlos/SP, Itu - Salto/SP e Atibaia/SP, além de Tatuí/SP, Indaiatuba/SP, Itatiba/SP, Bragança Paulista/SP, na macrometrópole paulista; APs de Lajeado/RS, Santa Cruz do Sul/RS e Bento Gonçalves/RS, no entorno de Porto Alegre/RS; Anápolis/GO, no eixo urbano que articula Brasília/DF - Goiânia/GO; Feira de Santana/BA, no entorno de Salvador/BA; Manacapuru/AM e Itacoatiara/AM, próximos a Manaus/AM; e Barcarena/PA, próximo a Belém/PA; (vii) configuração de arranjos transfronteiriços: APs internacionais de Ponta Porã/MS - Pedro Juan Caballero/Paraguai; e de Foz do Iguaçu/PR - Ciudad del Este/Paraguai - Puerto Iguazú/Argentina, entre outros com menor crescimento populacional.

A localização dos municípios e APs destacados como expoentes no crescimento é predominante tanto no eixo de rodovias, em trechos que concentram atividades da indústria, comércio e serviços, nas proximidades da linha da costa, como também em eixos de rodovias de extensa penetração no território, em áreas de produção agropecuária, agroindustrial e exploração mineral. Das capitais regionais e centros sub-regionais, muitos desempenham atividades na agroindústria de alimentos, outras em uma economia mais diversificada, como a localização contínua no eixo de indústria, comércio e serviços do leste catarinense, ao longo da linha da costa e Vale do Itajaí. São centralidades consolidadas pelo grau de funcionalidade urbana, com importância reconhecida no interior dos estados do Sul, Sudeste e Nordeste, e outras que afloram no Norte e Centro-Oeste, voltadas à atividades ligadas ao agronegócio e mineração.

Pode-se concluir que as médias concentrações urbanas constituem um recorte de Cidades em franco crescimento, composto por diferentes categorias de APs e municípios não inseridos em arranjos populacionais, integrando-se e adensando as manchas contínuas de expansão dos espaços metropolitanos e pré-metropolitanos, e insinuando vetores de avanço da metropolização sobre o território. Um processo que, mesmo em regiões sem predominância de atividades caracteristicamente urbanas, se interpenetra nas cidades mais distantes, nas formas dos artefatos/objetos arquitetônicos que transformam a paisagem urbana, nos meios de comunicação,

na tecnologia que é assimilada pelas atividades que se desenvolvem no meio rural e, principalmente, nas formas de relacionamento e nos hábitos culturais e de consumo que se renovam na população.

Demais municípios

Nesse avanço, os “demais municípios”, com população inferior a 100 mil habitantes, e que não se inseriu nos APs dos demais recortes, corresponde a 87,4% do total de municípios brasileiros, abrigando, em 2022, 37,4% da população do país, preenchem os interstícios e ampliam os vetores de crescimento das concentrações. Tomando como exemplo os nove municípios desse recorte com crescimento superior a 5% a.a., encontram-se novamente aqueles que se inserem nas áreas de agronegócio e mineração, como Canaã dos Carajás/PA (9,23% a.a.), um município com 77.079 habitantes, dos quais 50.363 são resultado do incremento populacional intercensitário; Querência/MT (6,18% a.a.); Lucas do Rio Verde/MT (5,21% a.a.), também elevada população de 83.798 pessoas residentes e incremento de 38.242 habitantes; e Chapadão do Céu/GO (5,20% a.a.).

Tem-se também os litorâneos catarinenses, Itapoá/SC (6,31% a.a.), Passo de Torres/SC (5,71% a.a.) e Balneário Gaivota/SC (5,51% a.a.); e aqueles do entorno das metrópoles, como Extrema/MG (5,35% a.a.), no eixo da BR 381, vetor de crescimento da macrometrópole paulista, transpondo o limite com Minas Gerais; e o AP transfronteiriço Pacaraima/RR (5,26% a.a.), portal de entrada dos fluxos de venezuelanos no país.

Canaã dos Carajás/PA, Lucas do Rio Verde/MT e Primavera do Leste/MT tiveram os maiores incrementos populacionais do período, superiores a 30 mil habitantes. Entre 20 mil e 30 mil habitantes, Extrema/MG, no eixo de expansão da macrometrópole paulista; Nova Mutum/MT, ligada à mineração; Capão da Canoa/RS e Tijucas/SC, no eixo litorâneo sulino; e Iranduba/AM, município com 61.163 habitantes, nas proximidades da metrópole Manaus.

Os municípios desse recorte, ao mesmo tempo, respondem pelas manchas contínuas de áreas com perdas populacionais, enquanto se mesclam aos diferentes padrões de crescimento, compondo centralidades que num futuro próximo poderão se tornar concentrações urbanas, e definindo os vetores do avanço da metropolização no território. Nesses vetores, respondem por áreas que sustentam o padrão periférico de expansão contemporânea, já não mais compostos majoritariamente por segmentos da população de baixa renda, excluídos pela valorização do solo nos municípios centrais, mas por uma ocupação diversificada e por novos usos múltiplos nas mesmas periferias.

Tal processo de expansão ativa o setor imobiliário, como se exemplifica com o crescimento do número dos domicílios particulares permanentes. Como constatado nos outros recortes de análise, entre os demais municípios brasileiros reproduziu-se o padrão de crescimento dos domicílios a taxas superiores às da população e de declínio na média de moradores entre 2010 e 2022. Mais drástica é a participação elevada dos domicílios vagos no total dos domicílios ocupados: 6% dos demais municípios têm entre 20% e 30% dos domicílios ocupados vagos, alcançando os limites de 29,1% em São João do Jaguaribe/CE e 28,1% Canavieira/PI.

Quais feições adquire a metropolização no Brasil?

Entendendo a metropolização contemporânea como um estágio avançado da urbanização, e que envolve a totalidade do território em suas dinâmicas de concentração e expansão urbana, tendo as “metrópoles” como seus produtos mais conhecidos, os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 foram explorados para os 5.570 municípios, na busca de características que peculiarizassem esse processo.

Observou-se que a distribuição do crescimento da população obedece a um padrão espacial bem definido, que permite a síntese: (i) mantém as metrópoles como espaços concentradores de população e em crescimento, com a participação no total da população do país em equilíbrio nestes anos iniciais do século, e grande parte dos municípios de seus APs crescendo mais que o dobro da média do país; (ii) acentua o movimento de expansão física das metrópoles,

nítido no elevado crescimento de municípios e concentrações urbanas, e sobre áreas próximas (nem sempre tão próximas) aos limites de seus APs, ampliando o campo de forças das unidades metropolitanas; (iii) impulsiona um movimento de expansão física em continuidade e descontinuidade, aglutinando, de forma dispersa extensão regional, metrópoles, concentrações urbanas não metropolitanas, além de centralidades e municípios de menor relevância na hierarquia urbana, com elevado crescimento populacional, constituindo grandes conglomerados que se disseminam em direção a áreas cada vez mais distantes dos antigos limites urbanos; (iv) o padrão periférico de crescimento se reproduz nas capitais de estado e outras centralidades não metropolitanas, fazendo emergir novas concentrações que possibilitam futuras metrópoles; (v) articula-se ao crescimento da população em centralidades regionais consagradas e em municípios ligados a atividades da reprimarização da economia; (vi) alcança (e transpõe) as fronteiras do país, estimulando a sinergia de arranjos espaciais transfronteiriços.

Tais constatações tornam inegável a relevância do espaço metropolitano na rede de cidades brasileiras. A redução das taxas de crescimento das metrópoles faz parte de seu processo de amadurecimento e mesmo que algumas tenham registrado perdas populacionais, é cedo para se falar em desmetropolização no país, confirmando Rodrigues e Ribeiro (2023), pois faltam informações sobre sua conjuntura social e econômica, como também outros componentes demográficos imprescindíveis para sinalizar esse processo.

O fato é que o avanço da metropolização no território não mais se limita ao perímetro interno das metrópoles, mas configura arranjos espaciais expandidos, associados a elas, sem descartar o surgimento de novas metrópoles. Como mostra a literatura, esse processo resulta em áreas onde persistem o momento da urbanização concentrada, dialeticamente relacionada ao momento da urbanização estendida, passando a conformar extensas regiões urbanas, como considera Brenner (2013; 2014). As morfologias espaciais decorrentes refletem uma “nova geografia urbana”, que como aponta Soja (2013), resulta do amálgama das escalas urbana, metropolitana e regional, incorporando as características metropolitanas que se disseminam pelo território e engendrando o surgimento de regiões de megacidades, megarregiões, regiões megalopolitanas, galáxias regionais ou mesmo regiões-Estado. Ou seja, constituem imensas redes regionais de aglomerações, em uma urbanização regional multiescalar e policêntrica. Essa é identificada entre os países latino-americanos por Cuervo e Délano (2017), que classificam as diferentes morfologias espaciais de regiões urbanas, caracterizando os processos de expansão e a configuração de redes de cidades pluricêntricas, com feições desde as mais comuns, em arquipélagos, concentrações radiais, multipolares, primaciais, até conglomerados metropolitanos regionais e regiões megalopolitanas – exceto as primaciais, todas presentes no Brasil.

A configuração morfológica que se expande torna muito mais complexa a implementação de políticas públicas adequadas às exigências do crescimento elevado da população. Mesmo que na formulação dessas políticas esteja prevista a execução de funções públicas de interesse comum a mais de uma unidade político-administrativa, sua gestão exige práticas cooperadas, que não encontram ressonância em uma estrutura político-institucional que não apresenta indicativos de pactos que rompam a fragmentação existente. Outra dificuldade advém da dinâmica de valorização do solo que alimenta a expansão física e a produção extensiva do espaço metropolitano construído. As rendas financeiras e imobiliárias vêm assumindo um papel importante, senão o principal, na absorção do excedente de capital, a uma escala geográfica cada vez maior. Nesse processo, reflexões de Lencioni (2017) e Mattos (2016) mostram como o aumento da mobilidade e autonomização de capitais, e a utilização das inovações informacionais ativaram os mercados financeiros e o setor imobiliário no financiamento, desenvolvimento e exploração dos espaços urbanos, por meio da oferta de residências, grandes equipamentos de serviços, consumo e entretenimento, além de infraestruturas imprescindíveis ao movimento de expansão da área ocupada. Ainda que precariamente, esse processo pode estar sendo captado no crescimento dos domicílios em ritmo mais acelerado que o da própria população, na elevada proporção de domicílios vagos e na própria extensão física das áreas em crescimento próximas às concentrações urbanas.

Por ora, as conclusões apresentadas aguardam informações ainda indisponíveis para serem confirmadas. Além delas, demandam leituras individualizadas das unidades

metropolitanas e demais concentrações urbanas, como também particularizadas aos municípios que perderam população no período, muitos já desde a primeira década dos anos 2000. Informações vindouras sobre os movimentos pendulares da população para trabalho e estudo em municípios que não o de residência contribuirão para desenhar novos limites de APs, apontar outros e indicar conexões entre essas Cidades e demais municípios, esboçando as novas feições da metropolização. Análises que se pautem em informações sobre o perfil demográfico da população, migrações, além de dados econômicos, fundiários, de tecnologia e informações, institucionais, ambientais entre outros, que poderão explicar o comportamento registrado pela dinâmica da população total no território, como subsidiar novas leituras que agreguem as especificidades brasileiras ao debate teórico sobre a metropolização.

Referências

- Abdal, A. (2009). *Desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista*. Editora Papagaio.
- Brenner, N. (2013). Introduction: Urban theory without an outside. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 14-32). Jovis.
- Brenner, N. (2014). Teses sobre a urbanização. *E-metropolis*, 5(19), 6-26.
- Cuervo, L. M., & Déano, M. del P. (2017). Dinámicas multiescalares de la ciudad y el territorio en América Latina y el Caribe. In R. Jordán, L. Riffo, & A. Prado (Coords.), *Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe: Dinámicas y desafíos para el cambio estructural* (pp. 349-425). Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- De Mattos, C. A. (2016). Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. *Sociologias*, 18(42), 24-52.
- IBGE. (2023). *Censo Demográfico 2022: População e domicílios. Primeiros resultados*. IBGE.
- IBGE. (2020). *Regiões de influência das cidades: 2018*. Recuperado de <https://bit.ly/3PICBA8>
- IBGE. (2016). *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil (2ª ed.)*. IBGE.
- Lencioni, S. (2017). *Metrópole, metropolização e regionalização. Consequência*.
- Rodrigues, J., & Ribeiro, L. C. de Q. (2023). Distribuição da população brasileira segundo o Censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles. *Observatório das Metrópoles, Boletim Semanal*, (791).
- Soja, E. W. (2013). Para além de postmetropolis. *Revista UFMG*, 20(1), 136-167.
- Soja, E. W. (2002). *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions*. Blackwell Publishing.

Artigo Científico – e-metropolis, Rev. Eletrônica de Est. Urb. e Regionais | v. 15 | Ano 2024

Recebido em 15 de janeiro de 2024

Publicado em 15 de abril de 2024